

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.633.337 - MG (2019/0371102-8)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**AGRAVANTE : CLARET SOARES PEREIRA**  
**ADVOGADO : ANTÔNIO MARQUES CARRARO JÚNIOR - MG085039**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por **CLARET SOARES PEREIRA** contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que não admitiu o recurso especial manejado com apoio no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, em oposição a acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 652):

"EMENTA: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - HOMICÍDIO - PRELIMINAR NULIDADE - INOCORRÊNCIA - MATERIALIDADE COMPROVADA - INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA - IMPRONÚNCIA - IMPOSSIBILIDADE - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

- O magistrado, ao proferir uma decisão não está adstrito a eventual *decisum* anterior, desde que apresente, de forma fundamentada, as razões que o levou a exarar novo entendimento.

- A decisão de pronúncia quanto à materialidade é pautada no '*in dubio pro reo*', exigindo-se, nesse caso, a certeza da existência do crime. Entretanto, quanto à autoria, a pronúncia é pautada no princípio '*in dubio pro societate*', afinal, bastam meros indícios.

- A impronúncia no procedimento atinente ao Tribunal do Júri é pautada na inexistência da materialidade ou na ausência total e absoluta de indícios de autoria ou participação por parte do agente, o que não ocorre *in casu*.

- Recurso Ministerial provido e recurso defensivo negado."

Opostos embargos de declaração, foram estes rejeitados pela Corte de origem, que, de ofício, somente determinou a correção de erro material (e-STJ, fls. 753-762).

Nas razões do recurso especial, aduz a defesa violação dos arts. 413, § 1º, e 619, ambos do Código de Processo Penal, e do art. 489, § 1º, III e IV, do Código de Processo Civil.

Afirma que não houve a devida fundamentação na decisão de pronúncia, por homicídio, pois ausente prova da materialidade delitiva, porquanto "em momento algum, o tribunal mineiro abordou a problemática suscitada pela defesa em relação ao nexo de causalidade, notadamente a nulidade da certidão de óbito e as inconsistências do exame de corpo de delito - este último sequer mencionado" (e-STJ, fl. 770).

Explicita que não existiria comprovação do nexo de causalidade entre o acidente automobilístico e a morte da vítima, e que "a ausência de exame direto do corpo de delito, o sumiço dos prontuários do Hospital São Bento e a não realização de exames para diagnóstico diferencial a fim de excluir outras possíveis causas da morte são motivos bastantes a provocar um laudo inconclusivo" (e-STJ, fl. 776).

Obtempera que não estaria configurado o dolo eventual, quanto à conduta

do recorrente, o qual, segundo o acórdão recorrido, teria ingerido bebida alcoólica e dirigido veículo em velocidade superior à permitida.

Sustenta que a Corte local não teria observado o dever de coerência, pois, em caso análogo, teria decidido em sentido oposto, afastando o dolo eventual.

Conclui que "não se pode deduzir o dolo eventual desde elementos acidentais da conduta e externos à órbita volitiva do agente, a saber, a ingestão de substância alcoólica e um breve excesso de velocidade" (e-STJ, fl. 793).

Requer, por fim, o provimento do recurso, para que seja cassado o acórdão recorrido, por ausência de fundamentação; a anulação da sentença de pronúncia; e, ausente o dolo eventual, a despronúncia do réu.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 798-822).

O recurso foi inadmitido em razão da incidência do óbice da Súmula 7 do STJ (e-STJ, fls. 824-834). Daí este agravo (e-STJ, fls. 839-847).

O Ministério Público Federal opina pelo não provimento do agravo (e-STJ, fls. 866-876).

**É o relatório.**

Decido.

O recurso não merece prosperar.

Em relação à alegada ofensa ao art. 619 do Código de Processo Penal – e, consequentemente, ao art. 489, § 1º, III e IV, do Código de Processo Civil – para admissão do recurso especial com base em tal dispositivo, a omissão, ambiguidade, obscuridade ou contradição devem ser notórias, ou seja, imprescindíveis para o enfrentamento da questão nas Cortes superiores. No presente caso, não é o que se verifica, tratando-se de mero inconformismo da parte.

Outrossim, ressalte-se que cabe ao julgador fundamentar todas as suas decisões, de modo a robustecê-las, bem como afastar qualquer dúvida quanto a motivação utilizada, nos termos do art. 93, IX da Constituição Federal de 1988, devendo ser considerada a conclusão lógico-sistemática adotada pelo *decisum*, como ocorre *in casu*.

Sobre o tema:

"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO AO ART. 59 DO CP. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. O recurso especial sustentou, a incompetência de juízo - item em que não indicou o dispositivo de lei federal violado -, bem como a ilegalidade da condenação, momento em que o recorrente, não obstante haver citado o dispositivo da legislação infraconstitucional supostamente violado pelo Tribunal *a quo* (art. 59 do CP), não desenvolveu, de forma lógica e com um mínimo de profundidade, as razões jurídicas acerca dessa violação, o que descumprimento requisito imprescindível para o conhecimento do recurso, nos termos da Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal.

2. O reconhecimento de violação do art. 619 do CPP pressupõe a ocorrência de omissão, ambiguidade, contradição ou obscuridade tais que tragam prejuízo à defesa. A assertiva, no entanto, não pode ser confundida com o mero inconformismo da parte com a conclusão alcançada pelo julgador, que, a despeito das teses aventadas, lança mão de fundamentação idônea e suficiente para a formação do seu

livre convencimento.

3. No caso, não há nenhuma omissão no julgado proferido pela Corte de origem, de maneira a gerar o pretendido reconhecimento de infringência do art. 619 do Código de Processo Penal, visto que o acórdão proferido na apelação, expressamente, manifestou-se sobre todas as questões apresentadas pela defesa.

4. [...].

5. Agravo regimental não provido." (AgRg no Ag 1203770/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 14/02/2017, DJe 02/03/2017).

"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PECULATO. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 619 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. ARREPENDIMENTO POSTERIOR. REQUISITO ESSENCIAL. AUSÊNCIA. ATENUANTE DO ART. 65, INCISO III, ALÍNEA D. REEXAME DE PROVAS. DOSIMETRIA. ELEVAÇÃO DA PENA-BASE. PERCENTUAL. PROPORCIONALIDADE. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. VEDAÇÃO. SÚMULA N. 7/STJ.

I - Não padece de vícios a decisão do Tribunal de origem que, fundamentadamente, abraça tese contrária à do recorrente, suficiente ao deslinde da questão, sendo desnecessário, por redundância, o enfrentamento de todos os pontos expostos nos aclaratórios relativos à matéria objeto de irresignação (precedentes).

[...]

Agravo regimental desprovido." (AgRg no AREsp 620.631/GO, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 10/05/2016, DJe 18/05/2016).

No que tange à suposta violação do art. 413, § 1º, do Código de Processo Penal, verifica-se que o Juízo de 1º grau pronunciou o agravante pela prática, em tese, do delito tipificado no art. 121, *caput*, do Código Penal, mediante a seguinte fundamentação (e-STJ, fls. 526-530, grifou-se):

"Trata-se de ação penal pública incondicionada em que o acusado está sendo processado pela prática do crime tipificado no art. 121, *caput*, do Código Penal.

Foi suscitada questão preliminar de nulidade processual, pois não foi realizado o exame de corpo de delito direto por perito oficial ou por duas pessoas idôneas. Todavia, essa omissão foi suprida pelo laudo de corpo de delito indireto, acostado às ff. 350/362.

O Supremo Tribunal Federal tem o seguinte entendimento com relação ao exame de corpo de delito indireto:

**DIREITO PENAL. MATERIALIDADE. AUTO DE EXAME DE CORPO DE DELITO INDIRETO. BOLETINS MÉDICOS. O EXAME DE CORPO DE DELITO INDIRETO, REALIZADO A PARTIR DOS BOLETINS MÉDICOS E HOSPITALARES DE ATENDIMENTO DA VÍTIMA SE PRESTAM PARA A FORMAÇÃO DE JUÍZO PARA FINS DE PRONÚNCIA. APELO DEFENSIVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.**

# Superior Tribunal de Justiça

(Apelação Crime N. 70052748555, Primeira Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator Newton Brasil de Leão, Julgado em 19/06/2013). (grifo nosso).

Argumentou a defesa também pela desconsideração do exame de corpo de delito indireto e pela nulidade da certidão de óbito, entretanto, tais documentos foram baseados em prontuários médicos dos hospitais em que a vítima foi atendida, motivo pelo qual considero os documentos como meio probante, aptos a comprovar a materialidade delitiva.

O exame de corpo de delito indireto foi elaborado por médica legista oficial, integrante do corpo profissional da Polícia Civil e consoante as técnicas de tal profissão. Os questionamentos levantados pela defesa, que discordou da análise feita por esta perita, dizem respeito à existência de discordâncias técnicas e, portanto, importam em análise de mérito, o que não compete ser feito durante a pronúncia, mas sim pelo Conselho de Sentença.

Foi oportunizado pela defesa a juntada de parecer elaborado por assistente técnico, o que foi efetivamente feito, estando o parecer às ff. 372/393v. Portanto, eventuais contraposições dos pareceres podem ser feitas em plenário, durante a análise do mérito do processo.

A certidão de óbito constante à f. 34 trata-se de documento público, firmado em cartório, tampouco há que ser reputado nulo.

Assim, não vislumbro a ocorrência de qualquer nulidade ou irregularidade a ser declarada de ofício. Não se implementou qualquer prazo prescricional.

**A materialidade do delito encontra-se demonstrada pelo auto de prisão em flagrante (ff. 05/13), auto de apreensão (f. 15), termo de restituição (f.17), laudo de etilômetro (f. 28), pela certidão de óbito (f. 34), pelos documentos referentes a internação e atendimento médico da vítima do HNSD e Hospital São Bento (ff.37/75), cópia de prontuário médico da vítima (ff. 156/209), do exame de corpo de delito indireto (ff. 350/362) e pela prova oral coligida. Vejamos o depoimento da filha da vítima:**

**...Devido ao acidente José Efigênio foi levado para o Hospital Nossa Senhora das Dores, por onde permaneceu internado por 07 dias, enquanto aguardava se restabelecer de problemas que teve devido ao acidente e também aguardava vaga no Hospital São Bento, em Belo Horizonte, onde faria a cirurgia ortopédica, pois em Ponte Nova não faz cirurgia que ele necessitava, no dia 19/07/09, José Efigênio foi transferido para o Hospital São Bento, em Belo Horizonte, onde no dia 22/07/09, foi submetido a cirurgia no quadril que teve a duração de 8 horas; no dia 24/07/09, às 19h, José Efigênio teve alta do Hospital São Bento, tendo vindo para casa, em ambulância, sendo que ficou em casa em repouso, sem poder sair da cama até o dia 28/07/09; na tarde de 28/07/09, por volta das 13h, José Efigênio estava sentindo-se mal, pois não urinava, devido a problemas decorrentes da cirurgia no quadril, que complicou-se, sendo internado no Hospital Nossa Senhora das Dores, vindo a falecer às 00:15 do dia 29/07/09; segundo consta na certidão de óbito a causa morte de José Efigênio foi por choque misto, tromboembolismo pulmonar, após operatório do quadril; segundo a depoente os outros problemas que seu genitor apresentou foi devido a cirurgia do quadril, devido o acidente sofrido em**

12/07/09... (declaração prestada por Regislaine Neves de Paula, filha da vítima José Efigênio de Paula, prestada na fase policial, à ff. 31/33) (grifo nosso)

A defesa do acusado alegou que essa declaração é inservível, estando eivada de suspeição, o que não deve ser apreciado por esta magistrada, mas pelo Tribunal do Júri. Não obstante, a princípio, considero que o referido depoimento está em consonância com o que o conjunto probatório constante dos autos. Deste modo, considero válida a declaração prestada pela filha do ofendido.

**Em relação à autoria, também existem indícios de que o acusado teria praticado os fatos que lhe são imputados.**

O acusado, perante a autoridade policial, assim declarou:

[...]

O relato acima é condizente com o APF e com o depoimento prestado pelo policial que compareceu no local do acidente:

[...]

O estado de embriaguez do acusado confirma-se através da declaração prestada pela testemunha que presenciou a realização do teste do etilômetro:

[...]

Argumentou a defesa que o acusado não teria agido com dolo eventual, motivo pelo qual pleiteou a impronúncia, uma vez que não haveria provas de materialidade delitiva.

Importante ressaltar que nos crimes de trânsito deve-se realizar uma análise acurada na existência de indícios que amparem a configuração do dolo eventual, pois sua configuração é excepcional.

[...]

*In casu*, os elementos constantes nos autos indicam que o acusado, além de estar embriagado, estaria dirigindo com excesso de velocidade, o que teria resultado em perda de controle do veículo, ingressando na contramão direcional e vindo a colidir com um caminhão que estava estacionado para, posteriormente, colidir com o veículo da vítima que estava trafegando na rodovia.

O limite de velocidade da via correspondia a 40 Km/h, conforme consta na análise indireta do acidente (f. 96). Segundo a declaração do acusado na fase policial, este conduzia o veículo à 45 km/h (ff. 11/12), ou seja, superior ao que era permitido.

É importante destacar que, de acordo com a declaração do frentista que trabalhava no posto, na data dos fatos, o acusado estaria dirigindo com excesso de velocidade, motivo pelo qual perdeu o controle da direção.

[...]

Em momento judicial a mesma testemunha modificou parcialmente a versão dos fatos.

... Esclarece que viu o veículo passando rápido e depois viu as marcas de pneu no chão, mas não presenciou o momento exato da colisão. Não pode afirmar se o ofendido estava ou não em alta velocidade (...) antes da colisão não viu o veículo do ofendido... (declaração prestada na fase judicial, f. 238)

Deve-se levar em consideração o lapso temporal entre a ocorrência dos fatos e da audiência de instrução.

Tais elementos configurariam, portanto, o '*plus*' necessário ao enquadramento no dolo eventual, sendo que tal análise enseja exame do mérito e, portanto, deve ser efetuada pelo Conselho de Sentença.

A defesa alegou ainda que inexistia nexo de causalidade entre a conduta do acusado e a ocorrência do óbito da vítima. Entretanto, a presença do nexo pode ser demonstrada pelo exame de corpo de delito indireto, bem como pelos documentos referentes a internação e atendimento médico da vítima do Hospital Nossa Senhora das Dores e Hospital São Bento (ff. 37/75), pela cópia de prontuário médico da vítima (ff. 156/209) e pelo exame de corpo de delito indireto (ff. 350/362). Neste sentido, destaco o seguinte trecho:

[...]."

O Tribunal *a quo*, por sua vez, negou provimento ao recurso em sentido estrito interposto pela defesa. Eis a fundamentação apresentada pela Corte de origem, *verbis* (e-STJ, fls. 654-658, com destaque):

"*Ab initio*, argui a defesa do acusado preliminar de cassação da sentença proferida ao fundamento de que o Juiz considerou que a sobre velocidade do Recorrente de 5 km horários foi o *plus* necessário e suficiente para a configuração do elemento volitivo doloso. No entanto, 27 dias anteriores do julgamento do presente processo, o Juiz julgando a ação penal n. 0521.12.005285-2, partiu da mesma premissa para a conclusão diametricamente oposta, de modo que 10 km horários não se afigurou o *plus* necessário para ensejar o dolo eventual, sendo este réu pronunciado por homicídio doloso e o outro, por homicídio culposo.

Sob estes argumentos, requereu a cassação da sentença por ausência de isonomia e coerência.

É cediço que, o nosso sistema processual é orientado pelo **princípio do livre convencimento motivado**, de modo que é admitido ao magistrado formar a sua convicção em qualquer elemento de prova disponível nos autos, bastando, para tanto, que indique na decisão os motivos que lhe formaram o convencimento.

Desse modo, **tratando-se a alegação do recorrente de decisão que foram proferidas em autos diversos, não está o Juiz adstrito ao decisum anterior, desde que apresente, de forma fundamentada, as razões que o levou a exarar novo entendimento.**

Posto isto, rejeito a preliminar.

No mérito, a defesa do acusado pugnou pela ausência de prova da materialidade e indícios de autoria.

[...]

**No caso em questão, verifica-se que a materialidade delitiva encontra-se suficientemente comprovada pelos elementos trazidos aos autos, como APFD de fls. 05/12, auto de apreensão de fl. 15, termo de restituição provisória fl. 16/17, B.O de fls. 19/24, termos de declarações colhidas na instrução, certidão de óbito de fls. 34 e boletins de internação de fls. 39/75.**

**Por seu turno, em que pese a negativa do réu, entendo que há indícios suficientes de autoria, vejamos:**

É ver trecho do depoimento do policial Sétimo Fernandes Siqueira

em fls. 05/06, na DEPOL:

'(...) Que chegando ao local o depoente deparou-se com três carros que se envolveram em um acidente, sendo que o depoente foi informado por populares, inclusive pela testemunha Leonardo, frentista de um posto de combustível localizado nesta cidade, o qual presenciou todo o ocorrido, Que a referida testemunha informou ao depoente que **o causador do acidente foi o conduzido desta ocorrência**, Claret Soares Pereira, Que na presença da testemunha, o depoente solicitou ao conduzido a **realização do teste de etilômetro**, tendo o conduzido se prontificado de imediato a realizá-lo; Que **o resultado foi de 0,86 mgl de álcool por litro de sangue, corresponde a 17 dgl de álcool por litro de sangue,, ultrapassando em muito o permitido por lei.**'

A corroborar, o recorrente, na DEPOL (fls.11/12), conta que:

'(...) que na data de ontem, o declarante foi até a cidade de Urucânia, onde estava ocorrendo uma festa em uma boate itinerante; Que na companhia do declarante estava seu amigo Gustavo Mabub; Que juntamente com o amigo o declarante fez uso de bebida alcoólica durante toda a festa; Que após as três horas da presente data o declarante juntamente com Gustavo, retornaram para Ponte Nova; Que o declarante apesar de perceber eu estava alcoolizado e não tinha condições de dirigir, mesmo assim assumira direção do veículo, tendo em vista que Gustavo não é habilitado; Que durante a viagem de Urucânia a Ponte Nova, Gustavo veio controlando o declarante, não deixando o mesmo dormir ao volante ou cometer algum erro que viesse a causar um acidente; Que chegando em Ponte Nova o declarante deixou Gustavo em sua residência e resolveu dar uma volta pela cidade; Que o declarante, durante o passeio pelas ruas de Ponte Nova, após passar pela Ponte da Barrinha, ocasião em que estava por volta de 45 KM/H, ocasião em que perdeu o controle do veículo Fiat Strada, registrado em nome da empresa do genitor do declarante, e veio a colidir com um caminhão que se encontrava estacionado e com um corsa que estava em movimento; Que logo após chegou ao local uma equipe da Polícia Militar e ao questionar o declarante, de imediato, assumiu a autoria, informando que realmente havia ingerido bebida alcoólica (...)'.

Neste mesmo sentido, são as declarações de Regislaine Neves de Paula em fls. 31.

Leonardo Aparecido Jacinto do Rosário, em fls. 76, na DEPOL, informa que **trabalhava como frentista na época no Posto São Jorge e viu o momento em que uma caminhonete Fiat Strada em alta velocidade vinha e em frente ao posto rodou da pista, 'parecia que deu um cavalo de pau', cantando pneu e bateu em um caminhão que estava estacionado no acostamento da pista contrária e ao mesmo tempo bateu num outro veículo que vinha, atingindo a frente a parte lateral do lado do motorista. Diz ainda que se aproximou da caminhonete e pode notar que o condutor apresentava sinais visíveis de ter ingerido bebida alcoólica.**

Em juízo, o policial militar, Gelmagno Silva de Paula, salientou que '(...) o acusado afirmou para o depoente que estava em uma festa, salvo engano em Urucânia, onde ingeriu bebida alcoólica. Uma testemunha relatou que o acusado estava em alta velocidade, quando

passou pela avenida Caetano Marinho em direção ao bairro Palmeiras. O acusado perdeu o controle do veículo e invadiu a contramão (...)'.

Neste linear, *permissa vênia*, tal qual o Magistrado singular, ao meu aviso, **presentes suficientes indícios de autoria a sustentar o decreto de pronúncia do denunciado por crime doloso, haja vista que o mesmo alega que '(...) apesar de perceber que estava alcoolizado e não tinha condições de dirigir, mesmo assim assumia direção do veículo, tendo em vista que Gustavo não é habilitado (...)'** - fls. 11/12, assim, as versões apresentadas devem ser apreciadas pelo Conselho de Sentença, na forma do art. 413, *caput*, do Código de Processo Penal, competente para o julgamento dos delitos dolosos contra a vida.

**É de se gizar que o exame de etilômetro constatou a presença de grande quantidade de álcool no sangue do recorrente, bem como ficou claro que o acusado estava acima da velocidade permitida para a via.**

Ademais, eventuais detalhes que, em princípio, ensejam dúvidas acerca da dinâmica dos fatos, não são suficientes a desconstituir as demais provas que apontam para indícios de autoria por parte do réu, não sendo suficientes a sustentar o decreto de absolvição ou impronúncia pleiteado.

Até porque, nesta fase, reitera-se, a dúvida resolve-se em favor da sociedade, e não em benefício do réu. Isso também se aplica ao elemento subjetivo, não bastando a palavra do acusado para afastar a existência da vontade livre e consciente de matar (*animus necandi*).

De tal sorte que, uma vez comprovada a materialidade do crime, bem como presentes os indícios suficientes de autoria ou de participação, conforme preconiza o art. 413 do CPP, o acusado deve ser pronunciado, em reverência ao princípio *in dubio pro societate*, cabendo ao Tribunal do Júri, juiz natural da causa, proferir o juízo de mérito.

[...]."

Quanto à fundamentação da pronúncia, importante frisar que "a tarefa do julgador, ao motivar as decisões relacionadas ao Tribunal do Júri, revela-se trabalhosa, uma vez que deve buscar o equilíbrio, a fim de evitar o excesso de linguagem sem se descuidar da necessidade de fundamentação adequada, conforme preceitua o art. 93, IX, da Constituição Federal" (AgRg no Aresp 1058167/ES, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, julgado em 27/4/2017, DJe 5/5/2017; HC 410148/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, 3/10/2017, DJe 1/10/2017).

A Corte de origem confirmou a sentença de pronúncia por entender haver indícios de materialidade e autoria do delito de homicídio simples, afastando as alegações da defesa de ausência de nexo de causalidade entre o acidente automobilístico e o óbito da vítima, assim como acerca da configuração do dolo eventual.

Quanto à materialidade do delito, o Juiz de 1º grau ressaltou a possibilidade de sua constatação mediante exame de corpo de delito indireto, aliado às demais provas produzidas nos autos, e concluiu, acertadamente, que "eventuais contraposições dos pareceres [médicos] podem ser feitas em plenário, durante a análise do mérito do processo. A certidão de óbito [...] trata-se de documento público, firmado



em cartório, tampouco há que ser reputado nulo" (e-STJ, fl. 526).

Salientou-se, ainda, que segundo os depoimentos prestados, o recorrente vinha dirigindo seu veículo acima da velocidade máxima da via e, embriagado, invadiu a contramão, tendo perdido a direção do veículo e, assim, colidido com o carro da vítima, que, ferida, precisou submeter-se a cirurgia, a qual, posteriormente, culminou em sua morte.

Assim, para desconstituir o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias e decidir pela despronúncia do réu, seria necessário o revolvimento do conjunto fático-probatório, o que é vedado pela Súmula 7/STJ.

A propósito:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. DELITO DE TRÂNSITO. EMBRIAGUEZ E EXCESSO DE VELOCIDADE. HOMICÍDIO E LESÃO CORPORAL. ALEGAÇÕES FINAIS ORAIS. INTERVALO ENTRE AS AUDIÊNCIAS DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO. INDEFERIMENTO DE DILIGÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. DOLO EVENTUAL. CULPA CONSCIENTE. LEI 13.546/2017. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. EXAME APROFUNDADO DE PROVAS. SÚM. 7/STJ.

[...]

4. **Consoante reiterados pronunciamentos deste Tribunal de Uniformização Infraconstitucional, o deslinde da controvérsia sobre o elemento subjetivo do crime, especificamente, se o acusado atuou com dolo eventual ou culpa consciente, fica reservado ao Tribunal do Júri, juiz natural da causa, no qual a defesa poderá desenvolver amplamente a tese contrária à imputação penal.**

5. **Na espécie, foram apontados elementos que podem sugerir a presença do dolo eventual: ação volitiva do réu, que ingeriu bebida alcoólica antes de conduzir o veículo e trafegava em alta velocidade - 151,2 km/h -, desrespeitando os cruzamentos com vias preferenciais, colidindo com veículo de terceiro.**

6. **O Superior Tribunal de Justiça vem entendendo que o dolo eventual não é extraído da 'mente do agente', mas das circunstâncias do fato, de forma que a ocorrência de uma morte e de uma lesão corporal faz parte do resultado assumido pelo agente, que sob a influência de álcool, em alta velocidade e desrespeitando as regras de trânsito, foi o responsável pelo fatídico acidente. Tais elementos, bem delineados na denúncia, demonstram a antevisão do acusado a respeito do resultado assumido, justificando a imputação.**

7. O art. 302 do CTB define o delito de homicídio culposo na direção de veículo automotor. O § 3º acrescido pela Lei n. 11.546/2017 apenas previu que, se o agente por ocasião do acidente estiver sob influência de álcool ou outra substância psicoativa, a pena será mais grave - 5 a 8 anos de reclusão.

8. **Não significa, por isso, dizer que aqueles que dirigiam embriagados ou sob efeito de substâncias psicoativas e se envolveram em homicídio no trânsito, assumindo o risco de produzir o resultado, tenham que, de pronto, ser beneficiado**

**com a desclassificação do delito para a modalidade culposa.**

9. A análise da alegada divergência jurisprudencial está prejudicada, pois a suposta dissonância aborda a mesma tese que amparou o recurso pela alínea 'a' do permissivo constitucional, e cujo julgamento esbarrou no óbice do Enunciado n. 7 da Súmula deste Tribunal.

- Conforme a jurisprudência desta Corte, a **incidência da Súmula 7/STJ** impede o exame do dissídio jurisprudencial aventado nas razões do apelo nobre (AgRg no REsp 1532799/SC, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 22/03/2018, DJe 03/04/2018).

10. Agravo regimental a que se nega provimento."

(AgRg no AREsp 1166037/PB, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 17/12/2019, DJe 19/12/2019, grifou-se).

"[...]

HOMICÍDIO SIMPLES. CONDUZIR VEÍCULO AUTOMOTOR COM CAPACIDADE PSICOMOTORA ALTERADA EM RAZÃO DA INFLUÊNCIA DO ÁLCOOL. PARTICIPAR, NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR, EM VIA PÚBLICA, DE CORRIDA, DISPUTA OU COMPETIÇÃO AUTOMOBILÍSTICA NÃO AUTORIZADA PELA AUTORIDADE COMPETENTE, GERANDO SITUAÇÃO DE RISCO À INCOLUMIDADE PÚBLICA OU PRIVADA. PRONÚNCIA. PRETENDIDA DESCLASSIFICAÇÃO PARA HOMICÍDIO CULPOSO NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR. AUSÊNCIA DE DOLO EVENTUAL. RECONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. RECURSO IMPROVIDO.

1. Consoante o artigo 413 do Código de Processo Penal, a decisão de pronúncia encerra simples juízo de admissibilidade da acusação, exigindo o ordenamento jurídico somente o exame da ocorrência do crime e de indícios de sua autoria, não se demandando aqueles requisitos de certeza necessários à prolação de um édito condenatório, sendo que as dúvidas, nessa fase processual, resolvem-se contra o réu e a favor da sociedade.

2. Afirmar se o agente agiu com dolo eventual ou culpa consciente é tarefa que deve ser analisada pela Corte Popular, juiz natural da causa, de acordo com a narrativa dos fatos constantes da denúncia e com o auxílio do conjunto fático-probatório produzido no âmbito do devido processo legal, o que impede a análise do elemento subjetivo de sua conduta por este Sodalício.

3. Concluindo o acórdão recorrido, de forma fundamentada, acerca da materialidade do crime e da existência de indícios de autoria suficientes para submeter o agravante a julgamento perante o Tribunal do Júri, não há que se falar em ilegalidade na decisão do colegiado estadual.

4. Na hipótese em apreço considerou-se especialmente que ambos os acusados estariam embriagados e disputando 'racha' em uma rodovia, imprimindo alta velocidade em seus veículos até que, ao realizar manobra de ultrapassagem, um dos automotores colidiu na traseira do veículo em que se encontravam os ofendidos, dando causa ao acidente que veio a vitimar fatalmente duas pessoas e a causar lesões corporais em outra.

5. Para afastar o fundamento do aresto combatido e reconhecer a ausência de dolo eventual na conduta, seria necessário o exame minucioso do acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado na via especial ante o óbice da Súmula n. 7/STJ.

6. Agravo regimental improvido."

(AgRg nos EDcl no AREsp 1101708/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 04/05/2018).

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSUAL PENAL. PRONÚNCIA. HOMICÍDIO. DOLO EVENTUAL. ALEGAÇÃO DE AFRONTA AO ART. 411 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. ATO REALIZADO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE À ÉPOCA. PRINCÍPIO *TEMPUS REGIT ACTUM*. PRECEDENTES. ALEGADA SUSPEIÇÃO DO PERITO E PLEITO PELA DESCLASSIFICAÇÃO DA CONDUTA PARA A DE HOMICÍDIO CULPOSO. INVERSÃO DO JULGADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO DA DIVERGÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. [...]

3. A revisão das conclusões a que chegaram as instâncias ordinárias acerca da existência de indícios suficientes de autoria e materialidade delitivas para a pronúncia exigiria aprofundada incursão em matéria fático-probatória, o que não é possível nos estreitos limites do recurso especial, conforme se extrai da Súmula n. 7/STJ.

4. Não cabe o apelo nobre, mesmo pela alínea *c* do permissivo constitucional, quando o julgado a quo estiver alicerçado no revolvimento do conjunto fático-probatório constante dos autos, pois o mencionado recurso é admitido tão somente para a análise de matérias referentes à interpretação de normas infraconstitucionais.

5. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no AREsp 1513503/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 17/09/2019, DJe 01/10/2019).

"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. EMBRIAGUEZ AO VOLANTE. AFERIÇÃO DO ELEMENTO SUBJETIVO DO TIPO. ANÁLISE DA EVENTUAL CARACTERIZAÇÃO DE CULPA CONSCIENTE OU DOLO EVENTUAL. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JURI. SENTENÇA DE PRONÚNCIA RESTABELECIDADA.

1. O deslinde da controvérsia sobre o elemento subjetivo do crime, especificamente, se o acusado atuou com dolo eventual ou culpa consciente, fica reservado ao Tribunal do Juri, juiz natural da causa, onde a defesa poderá exercer amplamente a tese contrária à imputação penal. Precedentes.

2. Havendo elementos indiciários que subsidiem, com razoabilidade, as versões conflitantes acerca da existência de dolo, ainda que eventual, a divergência deve ser solvida pelo Conselho de Sentença,

evitando-se a indevida invasão da sua competência constitucional.

3. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no REsp 1588984/GO, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 18/11/2016).

"PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 413, *CAPUT*, E § 1º, DO CPP. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. EXCESSO DE LINGUAGEM. IMPROCEDÊNCIA. SENTENÇA QUE NÃO FIRMOU JUÍZO DE CERTEZA ACERCA DA IMPUTAÇÃO. ACÓRDÃO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. VIOLAÇÃO AO ART. 302 DO CTB. **PLEITO DE DESCLASSIFICAÇÃO DO CRIME DE HOMICÍDIO COM DOLO EVENTUAL PARA O DE HOMICÍDIO CULPOSO PRATICADO NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. VEDAÇÃO. SÚMULA 7/STJ.** AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A jurisprudência deste Sodalício Superior é assente no sentido de que não há falar em excesso de linguagem na hipótese em que o Juízo de origem utiliza fundamentação satisfatória para pronunciar o acusado, apontando a existência de indícios suficientes de autoria de crime doloso contra a vida, sem revelar traços que pudessem conduzir à quebra da imparcialidade do Colegiado leigo. Incidência do enunciado n. 83 da Súmula desta Corte.

2. **É assente que cabe ao aplicador da lei, em instância ordinária, fazer um cotejo fático e probatório a fim de analisar a existência de provas suficientes a absolver, condenar, ou desclassificar a imputação feita ao acusado. Óbice do enunciado n. 7 da Súmula do STJ.**

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 819.872/PB, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 17/12/2015, DJe 02/02/2016, grifou-se).

Ante o exposto, com amparo no art. 253, parágrafo único, II, "a" e "b", do RISTJ, **conheço** do agravo para **conhecer parcialmente** do recurso especial e, nessa extensão, **negar-lhe provimento**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de março de 2020.

**MINISTRO RIBEIRO DANTAS**

Relator